



Faculdade de Ciências da Saúde - FACS

Curso: Psicologia

**BEHAVIORISMO RADICAL E PSICANÁLISE:
SEMELHANÇAS E DIVERGÊNCIAS**

Bianca Amorim da Silva

Brasília, dezembro de 2007

Bianca Amorim da Silva

**BEHAVIORISMO RADICAL E PSICANÁLISE:
SEMELHANÇAS E DIVERGÊNCIAS**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB
como requisito básico para a obtenção
do grau de Psicólogo da Faculdade de
Ciências da Saúde. Professor
Orientador Geison Isidro e Professor
Co-orientador Marcos Abel.

Brasília, dezembro de 2007



Faculdade de Ciências da Saúde - FACS

Curso: Psicologia

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Geison Isidro Marinho

Marcos Abel

Rodrigo Gomide Baquero

Carlos Augusto de Medeiros

A Menção Final obtida foi:

Brasília, dezembro de 2007

Dedicatória

Dedico à minha família que sempre me apoiou nesta caminhada de formação. Ao André, que esteve ao meu lado durante estes anos me auxiliando como podia: às vezes lendo meus textos para me ajudar a estudar para as provas; outras vezes somente ficando acordado para me manter desperta estudando, já que o café e o pó de guaraná não adiantavam; às vezes indo até o UniCEUB para me acudir nos momentos em que não sabia qual o rumo seguir ou a decisão correta a tomar. Enfim, dedico este trabalho final a todos que estiveram bem próximos de mim e me ajudaram de uma forma ou de outra a passar por todos os percalços encontrados pelo caminho, foram poucos os amigos verdadeiros, mas estes ficarão para sempre nas minhas lembranças.

Agradecimento

Agradeço primeiramente a Deus, que me iluminou e me deu sabedoria durante os anos da faculdade e principalmente para a conclusão deste trabalho. Aos meus pais que acreditaram no meu sonho e me ajudaram a concluir meu curso. Aos meus professores orientadores, Geison Isidro e Marcos Abel, que me auxiliaram e me guiaram durante todo este trabalho final. E aos professores e alunos que passaram em minha vida nestes anos de faculdade e que contribuíram de alguma forma para a minha formação em Psicologia. Em especial ao professor João Vicente Marçal, que me ensinou os primeiros passos para que eu me tornar-se uma Analista do Comportamento.

Sumário

Resumo	vii
Introdução.....	1
Behaviorismo Radical de Skinner	5
Psicanálise de Freud	16
Determinismo Ambiental X Determinismo Psíquico.....	25
Considerações na Prática Clínica	27
Consciência e Inconsciência.....	32
Considerações na Prática Clínica	35
Conclusão	40
Referências Bibliográficas.....	44

Resumo

O Behaviorismo Radical e a Psicanálise, consideradas duas das principais abordagens teóricas da Psicologia, são vistas por grande parte da comunidade psicológica (composta por profissionais formados e alunos do curso de psicologia) como abordagens divergentes. Entretanto, apesar de serem abordagens diferentes, é possível encontrar semelhanças entre ambas. O presente trabalho objetiva identificar alguns destes pontos divergentes, mas principalmente, os correlacionáveis entre ambas às teorias e com isso mostrar que apesar de partirem de pressupostos diferentes, existem pontos correlacionáveis entre as duas. Com este resultado, espera-se que comunidade psicológica, deixe de lado as possíveis “rixas” entre os defensores das duas abordagens. A identificação dos fatores divergentes e semelhantes dar-se-á pela apresentação da fundamentação teórica de ambas as abordagens, nos dois primeiros capítulos, onde pode-se entender a origem de ambas; seus fundadores e as pessoas que influenciaram seus trabalhos; e os principais conceitos. O terceiro e o quarto capítulo expõem as semelhanças e divergências entre os conceitos: Determinismo Ambiental e Determinismo Psíquico; Consciente e Inconsciente e as implicações na prática clínica em ambas as abordagens de acordo com o posicionamento de cada uma diante destes conceitos. O último capítulo conclui o presente trabalho, resumindo as principais divergências e semelhanças entre as duas abordagens, discutidas ao longo do trabalho, e deixa como sugestão outras possíveis correlações entre a Psicanálise e o Behaviorismo Radical.

Palavras-chave: Behaviorismo Radical; Psicanálise; Divergências; Semelhanças

Atualmente, o curso de psicologia dá ao aluno várias opções de abordagens e campos diferenciados para a atuação do psicólogo. Entretanto, por serem muito vastas e múltiplas estas opções, grande parte das universidades não consegue abranger de forma coesa e padronizada todas as disciplinas necessárias para que o aluno visualize todas as áreas e abordagens que o curso oferece de ferramentas aos profissionais psicólogos. Sendo assim, as universidades acabam priorizando ou dando maior ênfase em alguns campos e abordagens mais difundidas.

Além disso, por haver essa pluralidade de abordagens e campos diferenciados de atuação, é possível notar dentro das universidades, discussões acaloradas a respeito das diferenças de cada abordagem e do modo distinto que o psicólogo age nos vários campos de atuação. Quando os alunos estão em semestres mais adiantados, as discussões acaloradas viram rixas, entre grupos rivais, que defendem a sua abordagem como uma religião. Tal conflito não fica somente entre os alunos, pois também é possível notar que os professores têm dificuldades em fazer correlações entre as abordagens e muitas vezes fazem críticas em salas de aulas às demais abordagens, sem ao menos conhecê-las, e por estes motivos, às vezes, essas críticas não têm o mínimo embasamento teórico.

Existem duas abordagens teóricas que compõem o curso de psicologia, que são vistas como as mais polêmicas e para alguns, opostas, sendo entendido que uma de maneira alguma se mistura com a outra. Tais abordagens foram denominadas de Psicanálise e a Análise do Comportamento, sendo Behaviorismo Radical considerada a filosofia que estuda a ciência do comportamento. Neste trabalho, a presente autora utilizará mais o termo Behaviorismo Radical, para que não exista confusão com os demais behaviorismos.

Tendo isso em vista, o motivo que conduziu a autora da presente monografia à escolha do tema, foi mostrar para o público interessado nas duas abordagens, que apesar das divergências entre ambas, em alguns pontos é possível encontrar semelhanças. Isso faz com

que estas duas abordagens não sejam tão opostas quanto se costuma divulgar. Sendo assim, rixas e desavenças que rondam alunos e profissionais de tais abordagens são desnecessárias. Além disso, tal estudo tem o interesse de alertar para todos, e principalmente para os profissionais formados, que para existirem críticas é necessário um prévio conhecimento do que se está criticando.

Portando, o problema de interesse a ser respondido nesta monografia é: Psicanálise e Behaviorismo Radical são tão divergentes como geralmente é afirmado?

Segundo Medeiros & Rocha (2004), a Psicologia, cada dia mais, está sendo ameaçada por causa do reducionismo aos determinantes fisiológicos do comportamento. Desta forma, há riscos de que tanto a Psicanálise como o Behaviorismo Radical ocupem, em um tempo muito próximo, apenas um papel histórico na Psicologia, assim como tantas outras abordagens. Desta forma, é bem sensato que as duas principais abordagens da psicologia dialoguem para a sobrevivência de ambas.

É importante ressaltar que a autora deste trabalho é Behaviorista Radical e a modo de isentar ou pelo menos minimizar tanto descuidos ao tratar da teoria psicanalítica, quanto o risco de reducionismo, esta monografia contou com a co-orientação de um psicanalista.

O presente trabalho tem como objetivo geral mostrar para os interessados em psicologia ou nas abordagens citadas acima, que estas são sim diferenciadas, porém que partem de alguns pontos comuns, o que as fazem ser mais próximas do que se imaginam. Para isso, a autora desta monografia tem como objetivos específicos fundamentar teoricamente ambas as abordagens e fazer um contraste entre os pontos semelhantes e os divergentes entre as duas.

O primeiro capítulo deste trabalho faz uma fundamentação teórica do Behaviorismo Radical. Neste capítulo o leitor entenderá o porquê deste nome; onde e quando surgiu; as bases teóricas que foram utilizadas como referências para o surgimento desta nova ciência;

um dos primeiros behavioristas, J. B. Watson, e o seu Behaviorismo Metodológico; o behaviorista mais conhecido B. F. Skinner e o seu Behaviorismo Radical; a diferenciação entre behaviorismo metodológico e o radical; o determinismo ambiental; a oposição do behaviorismo radical ao mentalismo; se é possível o behaviorismo radical ser uma filosofia da mente; consciência, finalidade e propósito para o behaviorismo radical; e a seleção por conseqüências no behaviorismo radical.

O segundo capítulo faz referência à fundamentação teórica da Psicanálise. O leitor poderá entender quem foi Sigmund Freud, qual foi sua formação e suas atividades anteriormente à psicanálise; a partir de que métodos Freud foi elaborando sua teoria; quais foram as pessoas que mais influenciaram o seu trabalho; quando surgiu a teoria psicanalítica; o determinismo psíquico e a sobredeterminação; a primeira tópica do aparelho psíquico: Consciente, Pré-Consciente e Inconsciente; a segunda tópica do aparelho psíquico: Id, Ego e Superego; e os modelos topográfico e estrutural da personalidade.

O terceiro e o quarto capítulo fazem contrastes entre conceitos importantes para ambas as teorias e também as relevâncias destes na prática clínica. No terceiro capítulo há a exposição dos determinismos utilizados nas duas teorias - o psíquico e o ambiental. A semelhança entre as abordagens fica clara já no título, já que ambas acreditam que os comportamentos dos indivíduos não ocorrem por acaso. Entretanto, apesar das duas teorias acreditarem na determinação do comportamento, há controvérsias no tipo de determinação existente para que o indivíduo se comporte de uma dada maneira. No quarto capítulo há a exposição dos conceitos consciência e inconsciência, em ambas as abordagens. Como é bastante difundido, a psicanálise ficou conhecida por ser a teoria da consciência e da descoberta do inconsciente; porém poucos sabem que o behaviorismo radical também utiliza estes dois conceitos mas de forma diferenciada da psicanálise.

O quinto e último capítulo encerra as discussões apresentadas neste presente trabalho,

resumindo as principais semelhanças e divergências encontradas durante toda a análise e propondo outros conceitos possíveis de correlação entre ambas as abordagens. Fica como reflexão para o leitor a importância das diversidades dentro da psicologia e o valor de ter estas como vantagens para a atuação do profissional psicólogo.

Behaviorismo Radical de Skinner

O termo *behaviorism radical* é empregado para dar nome a uma filosofia que se dedica ao estudo do comportamento, denominada de Análise do Comportamento. A palavra inglesa *behavior* tem como significado comportamento, já o sufixo *ism* significa estudo, sendo assim, o *behaviorism* é a denominação utilizada para a filosofia que tem como objeto de estudo o comportamento (Rubio, 2004). O behaviorismo radical tem como idéia central mostrar que é possível uma ciência do comportamento. Apesar de não ser um ponto de comum acordo para todos os psicólogos, os behavioristas acreditam que a ciência do comportamento deve ser a psicologia propriamente dita, porém muitos psicólogos rejeitam a idéia de que toda a psicologia seja uma ciência. Além disso, existem psicólogos que mesmo denominando a psicologia como uma ciência não consideram como o objeto de estudo desta o comportamento. Apesar das discordâncias, sobre ela ser parte da psicologia, o mesmo que a psicologia ou independente da psicologia, à ciência do comportamento deu-se o nome de análise do comportamento, sendo o behaviorismo radical a filosofia desta ciência, e não a ciência propriamente dita (Baum, 1999).

Todas as ciências tiveram sua origem na filosofia e, posteriormente, se separaram dela. Com a psicologia não foi diferente. Entretanto, a ruptura da psicologia com a filosofia foi recente, ainda na década de 40 era raro encontrar uma universidade que tivesse um departamento de psicologia e geralmente os professores na área de psicológica estavam em um departamento da filosofia. Na última metade do século XIX, a psicologia passou a ser chamada de “psicologia da mente”, sendo que mente deriva da palavra grega *psyche* e tem como significado algo parecido com “espírito”, porém o termo mente, por ser menos especulativo, é o mais acessível ao estudo científico, foi a tradução utilizada. Para se estudar a mente, os psicólogos da época propuseram utilizar o método dos filósofos, a introspecção, onde deveria ser possível olhar dentro da mente e ver o que estava ocorrendo. A partir daí

surgiram duas correntes de pensamentos: a psicologia objetiva e a psicologia comparativa (Baum, 1999).

Para aqueles que não concordavam com a introspecção como método científico, por ser algo muito vulnerável a distorções pessoais, surgiu a psicologia objetiva. Era fato que se duas pessoas discordassem sobre as conclusões de fatos oriundos da introspecção, seria improvável resolver o conflito, contudo se utilizassem métodos objetivos, seria notável a as diferenças nos procedimentos e conseqüentemente o provável erro para os resultados diferentes. Muitos dos estudos da psicologia objetiva derivaram do método desenvolvido por I. Pavlov (1849-1936), onde era possível verificar a aprendizagem e a associação por meio da medida de um reflexo simples transferido para novos sinais apresentados no laboratório (Baum, 1999).

Já para outros psicólogos, a teoria da evolução, proposta por Charles Darwin (1809-1882) em 1859, despertou um efeito profundo. Os seres humanos deixaram de ser vistos como únicos, separado das demais outras coisas vivas e passaram a serem comparados em traços anatômicos e comportamentais com vários animais. Foi a partir daí que surgiu a idéia de continuidade da espécie, onde fica claro que mesmo diferentes entre si, as espécies também são semelhantes, na medida em que compartilham a mesma história evolutiva. É nítido que os “traços mentais” apareceriam nas demais espécies sob forma simples ou rudimentar, “mas a idéia de fazer comparações entre espécies a fim de conhecer melhor a nossa própria deu origem à psicologia comparativa” (Baum, 1999, p.26). Com isso surge o antropomorfismo, ou seja, a humanização dos animais, porém para muitos psicólogos isso não passava de especulação. Por isso, no final do século XIX, os psicólogos comparativos substituíram as informações anedóticas por observações mais severas, conduzindo experimentos com animais (Baum, 1999).

John B. Watson (1879-1958) foi o primeiro behaviorista explícito. Em 1913 ele

publicou o artigo “**A Psicologia tal Como à vê um Behaviorista**”, onde não estava propondo uma nova ciência e sim assegurando que a psicologia deveria ser redefinida como o estudo do comportamento (Skinner, 2006). Neste manifesto, Watson argumenta que por definirem a psicologia como a ciência da consciência, surgiram muitos métodos pouco confiáveis e especulações infundadas como a introspecção e o antropomorfismo. Segundo Watson, para compor uma psicologia científica, era necessário nunca usar termos tais como: consciência, estados mentais, mente, entre outros termos mentalistas. Além disso, evitaria a subjetividade da introspecção, as analogias entre o animal e o humano e estudaria apenas os comportamentos observáveis. Entretanto, não ficou nítido o que objetivo representava e muito menos em que consistia o comportamento. Por conta disso, as idéias dos behavioristas divergiram muitos anos (citado em Baum, 1999). Ademais, Watson (citado em Skinner, 2006) fez alegações exageradas a respeito do potencial de uma criança recém-nascida, ele mesmo após algum tempo as considerou exageradas, tais alegações têm sido usadas para desacreditá-lo. “Sua nova ciência nascera prematuramente” (p. 9).

O behaviorismo de Watson foi nomeado como behaviorismo metodológico, e é possível considerá-lo como uma versão psicológica do positivismo ou do operacionismo lógico, porém este se preocupa com questões diferentes. Enquanto

o positivismo ou o operacionismo lógico sustenta que, uma vez que dois observadores não podem concordar acerca do que ocorre no mundo da mente, então, do ponto de vista da ciência física, os acontecimentos mentais são “inobserváveis”; não pode haver verdade por acordo e devemos abandonar o exame dos fatos mentais, voltando-nos antes para a maneira por que são estudados. Não podemos medir sensações e percepções enquanto tais, mas podemos medir a capacidade que uma

pessoa tem de discriminar estímulos; assim, pode-se reduzir o *conceito* de sensação ou de percepção à *operação* de discriminação (Skinner, 2006, p.17).

Apesar de o behaviorismo metodológico ter sido bem-sucedido em relação aos seus próprios objetivos, grande parte dos behavioristas metodológicos admitia a existência de fatores mentais, ao mesmo tempo, que os excluía em suas explicações. Anos atrás surgiu a doutrina do paralelismo psicofísico, onde o conceito ditava que dois mundos – um mental e um material – não exerciam efeito um sobre outro. Um exemplo disso foi a declaração de Freud a respeito do inconsciente, onde ele dizia que uma consciência dos sentimentos ou estados mentais parecia desnecessária (Skinner, 2006).

Após Watson, o behaviorista mais conhecido é B.F. Skinner (1904-1990). Enquanto a preocupação dos demais behavioristas eram os métodos das ciências naturais, a preocupação de Skinner era a respeito das explicações científicas. À sua visão, oposta ao behaviorismo metodológico, denominou-se de Behaviorismo Radical (Baum, 1999). Ao contrário do behaviorismo metodológico e também de algumas versões do positivismo lógico o behaviorismo radical não exclui os acontecimentos privados, pois acredita na possibilidade de auto-observação ou do autoconhecimento e sua possível utilidade. Entretanto, ainda questiona, a natureza daquilo que é sentido ou observado e, portanto, conhecido. Para desespero dos metodológicos, Skinner restabelece o conceito de introspecção, contudo não aquilo que os filósofos e os psicólogos introspectivos acreditavam, e levanta o problema do que é possível realmente observar do nosso corpo. Além disso, ao contrário do mentalismo que não dava atenção aos acontecimentos externos antecedentes, e ao behaviorismo metodológico que preocupou-se excessivamente com os acontecimentos externos antecedentes a ponto de desviar a atenção da auto-observação e do autoconhecimento; o behaviorismo radical optou por um meio termo entre as duas abordagens. Para ele, é possível

considerar os acontecimentos ocorridos no mundo privado (pensamentos, sentimentos, entre outros) e mais do que isso acredita que são acontecimentos observáveis e subjetivos, porém ele “questiona a natureza do objeto observado e a fidedignidade das observações” (Skinner, 2006, p.19).

A concepção de Skinner pode ser traduzida em um triângulo, onde no topo deste encontra-se o behaviorismo radical que ocupa o lugar das produções filosóficas, reflexivas ou conceituais. Em um dos vértices, está a produção científica que é representada pela pesquisa empírica, ao qual chamamos de análise experimental do comportamento, porém, em muitas circunstâncias, é apenas descritiva, não envolvendo a manipulação de variáveis para aplicação do método experimental. No outro vértice está a análise aplicada do comportamento, onde ocorre o desenvolvimento de tecnologias de caráter analítico-comportamental com o objetivo de solucionar problemas, que conta com razoável reconhecimento, especialmente nas áreas de educação regular e especial (Tourinho, 2003).

O behaviorismo é bastante criticado por desafiar a noção de *livre-arbítrio* e por isso parece ir contra tradições culturais que geralmente atribuem responsabilidade pelos atos ao indivíduo, e não à hereditariedade e ao ambiente. Este conceito afirma que uma pessoa que se comporta de determinada maneira, poderia ter optado por comportar-se de outra maneira. Na visão dos behavioristas, está implícito que para existir uma ciência do comportamento é necessário que o objeto de estudo (comportamento), seja previsível tendo os dados necessários, possível de explicação e controlado, caso se tenha os meios necessários. Denomina-se *determinismo* a noção de que todo e qualquer comportamento é determinado unicamente pela hereditariedade e pelo ambiente (Baum, 1999).

Antigamente utilizavam-se os termos “causa e efeitos” para explicações envolvendo o determinismo dos comportamentos, porém atualmente denomina-se isso de relação funcional, conceito sugerido por Ernst Mach (1838-1916), que argumentou que a tarefa do cientista é

uma descrição completa dessas relações (Chiesa, 2006). Este termo não indica simplesmente que uma causa produz o seu efeito e sim que fatos diferentes tendem a ocorrer ao mesmo tempo e com certa ordem. Sendo assim, todo e qualquer evento que tenha algum efeito sobre o comportamento deve ser considerado e são estes que darão condições necessárias para prever, controlar e manipular o comportamento. Geralmente, atribuí-se as causas dos comportamentos a crenças populares, como por exemplo, a posição dos planetas no horário do nascimento; a numerologia com a data do nosso nascimento; a proporções do corpo como a forma da cabeça, a cor dos olhos, pele, cabelo, entre outros; por causa da carga genética ou ainda por causa da hereditariedade. Além dessas atribuições para causas de acordo com crenças populares, também atribuí-se muitas vezes o comportamento a causas internas. Esta tática às vezes foi útil e outras vezes não, pois os eventos que se encontram no interior de um sistema tendem a ser difíceis de observar e conseqüentemente de conferir-lhes propriedades sem justificação. E ainda pior é que com isso é possível inventar causa desta natureza sem medo de contradições. Como causas internas é possível citar: as neurais, que são aquelas que os leigos costumam usar o sistema nervoso para explicação imediata do comportamento, quem nunca ouviu os termos “colapso nervoso”, “fadiga mental” e “nervos a flor da pele”; também existem as psíquicas, onde explica-se o comportamento em termos de algo interior e que não possui dimensões físicas, seria algo denominado por “mental” ou “psíquico”, sendo assim um único indivíduo é controlado por vários “agentes psíquicos” e o comportamento deste resulta das várias tendências destes agentes; por último temos as causas conceptuais, onde não existe dimensão de espécie alguma (nem neurológica e muito menos psíquica), trata-se de um hábito perigoso, pois utiliza-se de uma afirmação para explicar outra, tornando-se assim um círculo vicioso e deixando todos acreditando que a causa foi encontrada, como exemplo temos as frases “comi porque estava com fome” ou “fumei porque tenho o vício do cigarro” (Skinner,2003).

Skinner (citado em Baum, 1999) adotou o termo *mentalismo* ao se referir “a um tipo de ‘explicação’ que na verdade não explica nada” (p. 47). No senso comum atribuí-se aos mais diversos eventos a terminologia mental, é possível citar os pensamentos, os sentimentos, as sensações, as emoções e assim por diante. O ter uma mente constitui ter os pensamentos, os sentimentos, as emoções, entre outros, e com isso somos impelidos a concluir que cada um de nós tem em algum lugar uma “mente”. E a única razão para julgar que cada indivíduo tem uma “mente” é justamente que todos sabem que têm pensamentos, emoções, sentimentos, e assim por diante, tornando este raciocínio um círculo vicioso. Mas onde está a “mente”? É por esse questionamento que a noção de mente torna-se problemática para uma ciência do comportamento, já que a mente não é parte da natureza, então é impossível estudá-la (Baum, 1999). Como seria possível um evento mental causar ou ser causado por um evento físico? Caso se queira prever o que uma pessoa fará como será possível encontrar as causas de seu comportamento e como poderemos produzir tanto os sentimentos quanto os estados mentais que a levarão a se comportar de certa maneira? Não somos capazes de antecipar o que uma pessoa fará observando-lhe diretamente os sentimentos ou o sistema nervoso. Muito menos é possível mudar seu comportamento modificando-lhe a mente ou o cérebro (Skinner, 2003).

Gilbert Ryle foi um dos representantes da Filosofia Analítica, que tinha como meta desvendar o verdadeiro significado do vocabulário mental por meio de uma análise gramatical, com o intuito de dissipar o problema do mentalismo.

Ryle (1949/1980) constrói um argumento com base em uma análise gramatical na qual mostra que é possível descobrir um erro no uso filosófico de *termos mentais*. O senso comum, muitas vezes, não considera *mente* com uma substância, pois faz uso de verbos no gerúndio para falar de termos *mentais* (pensando, vendo, sentindo); já os teóricos partem desse uso

(senso comum), mas substantivam os verbos (pensamentos, visão, sentimento), dando origem, assim, à uma substância mental (citado em Lopes & Abib, 2003, p. 86).

Sendo assim a *mente* pode ser compreendida como um *erro categorial* muitas vezes cometido pelos teóricos, já que eles a tratam como se fosse uma substância, sendo que na verdade, ela pertence a uma categoria de existência distinta.

Para Ryle (citado em Lopes & Abib, 2003), entre teóricos e leigos prevalece o conceito da *doutrina oficial*, que prega uma doutrina voltada tanto para a natureza quanto para a localização das mentes. Essa concepção tem como principal representante Descartes (1641/1979), que expressa a hipótese do dualismo como sendo a idéia de que toda pessoa tem um corpo e uma mente e esta divisão é o fator primordial para a diferenciação entre o homem e os demais animais. Como consequência desta hipótese, a mente tem como resultado a produção de comportamentos inteligentes por parte dos homens, diferentemente dos animais. A inteligência, como sendo “orientada por um critério ou regra e que tem como resultado um bom desempenho em uma dada tarefa” (p.86), é a questão central na doutrina oficial, sendo que todos os demais conceitos são subordinados a ela. Para ela a mente trabalha em silêncio e somente o próprio individuo tem acesso a esse processo, por isso estudar a inteligência é antes de tudo estudar o pensamento. Contudo, o pensamento manifesta-se de modo privado, o que faz com que o seu estudo torne-se impraticável; por isso a doutrina diz que no caso da inteligência, os pensamentos produzirão comportamentos observáveis, o que faz com que o estudo ocorra de forma contrária: com um comportamento é possível deduzir um processo mental. Todavia, não é por existir uma atividade fantasmagórica que antecede a ação pública que caracteriza uma performance como inteligente, pois a diferença entre um comportamento inteligente do não-inteligente não é um acontecimento, mas sim uma *disposição*. Com isso, Ryle encontra mais um erro categorial cometido por teóricos, pois uma ação inteligente não

envolve dois processos (o pensamento e o ato). Ryle conclui que tudo o que é necessário para descobrir características de outras pessoas, por exemplo, o seu conhecimento, suas competências ou suas habilidades estão na observação de seu comportamento e não em causas internas.

Para Skinner o pensar pode ser definido em termos de comportamentos e não de um hipotético processo interno que se expressa no comportamento (Skinner, 2006). O Behaviorismo Radical não separa a pessoa do comportamento, muito pelo contrário, as pessoas são definidas em termos de seus comportamentos sem nenhum processo interno envolvido. A pessoa é vista como uma unidade e não uma dualidade, operando no ambiente em vez de sobre o ambiente, sendo assim, a pessoa é comportamento (Chiesa, 2006). Enquanto Ryle classifica a inteligência como uma disposição, Skinner (citado em Lopes & Abib, 2003) entende esta como uma probabilidade de um indivíduo se comportar ou não de determinada maneira, sem que isso implique em uma relação causal. Conclui-se que para o

Behaviorismo Radical, assim como na Filosofia da Mente de Ryle, o conhecimento e a inteligência podem ser definidos em termos disposicionais; no caso de Skinner, a explicação passa pelo conceito de repertório comportamental definido como: “aquilo que a pessoa... é capaz de fazer, dadas as circunstâncias adequadas” (Skinner, 1974, p. 138); o conhecimento pode ser atribuído ao repertório do indivíduo que, por sua vez, é explicado por sua história passada com as contingências “conhecidas”; a inteligência pode ser compreendida como uma disposição para agir mais rápido, de modo criativo, obtendo bons resultados e, nas palavras de Skinner (1953/1966): “expressamos diferenças de inteligência como diferenças no

repertório, na exposição a variáveis, ou em frequência de mudanças” (pp.198-199); (Lopes & Abib, 2003, p. 90).

A proposta do behaviorismo radical como uma filosofia da mente, pode ser razoável se levar em conta a mente como algo relacional. Diferente da filosofia da mente tradicional, que defende a mente como sendo algo imaterial e inacessível, e de uma filosofia mais atual, que defende a mente como sendo o cérebro, o behaviorismo radical pode ser considerado uma filosofia da mente assim como se considera a mente como algo complexo, como por exemplo o comportamento, que não pode ser reduzido aos seus constituintes. Respondendo, então, a pergunta feita por Skinner (1990, citado em Lopes & Abib, 2003): a psicologia pode ser uma ciência da mente? A resposta correta é, sim, contanto que: 1) essa mente não seja cartesiana, mas sim do tipo relacional e, 2) como o próprio Skinner já disse, caso a Análise do Comportamento possa ser chamada de psicologia.

Uma das críticas direcionadas para o behaviorismo é que ele ignora a consciência e os estados mentais, não dando um lugar para intenção ou propósito. A idéia de finalidade ou propósito é utilizada, com o conceito de operante, de mesmo modo ao tratamento darwiniano da noção de finalidade na evolução das espécies. Além disso, na noção de comportamento há uma direcionalidade, pois as formas de conduta que não têm resultado favorável vão sendo pouco a pouco abandonadas, enquanto as que têm conseqüências reforçadoras vão sendo progressivamente diferenciadas. O comportamento operante é, segundo Skinner, orientado para o futuro, sendo ele o próprio campo do propósito e intenção. Entretanto, embora o comportamento operante seja uma forma de interpretar noção de propósito, Skinner rejeita toda e qualquer explicação do comportamento como efeito de um propósito formado antecipadamente na mente do indivíduo. Sendo assim, as possíveis “causas” do comportamento devem ser investigadas na história passada do indivíduo, em conjunto com a interação da herança genética (de Rose, 1982).

Segundo de Rose, quando um indivíduo é capaz de tomar consciência do seu propósito, é possível que neste sentido, o propósito desempenhe um papel causal mais ativo. Entende-se por consciência, como sendo a habilidade de descrever para os outros ou para si próprio o que ocorreu. O comportamento operante é considerado inconsciente, sendo que a consciência deste só surgirá de forma eventual, durante a vida do homem, sendo um produto social. Mesmo o comportamento operante sendo inconsciente, este é modelado e mantido por contingências que agem mesmo quando o sujeito não às percebe. O comportamento consciente é aquele em que a pessoa pode relatar a ação ou os sentimentos que antecedem e conhece as razões do próprio comportamento (em um nível mais elaborado e conseqüentemente mais difícil). Sendo assim, Skinner e Freud concordam que os indivíduos constantemente não têm consciência da razão do seu comportamento e, usualmente, admitem razões distorcidas em virtude da coerção ou outras formas de controle originadas do meio social. Por ser um produto social, a consciência vai depender das maneiras da comunidade verbal ou cultural na qual tem origem. Como cada comunidade ou cultura sustenta padrões distintos de contingências, cada uma destaca o conhecimento de aspectos especiais do mundo privado e do comportamento. É possível perceber que o sujeito tem a consciência de uma circunstância, quando ele responde de modo apropriado para produzir certo tipo de conseqüência reforçadora (de Rose, 1982).

Skinner (citado em Rubio, 2004) tem como visão de homem, este sendo o produto da evolução das espécies, da sua história de condicionamento operante e da evolução de práticas culturais, ou seja, a seleção por conseqüências. De acordo com esse modelo, o comportamento humano é compreendido a partir da junção de variáveis atuantes em três níveis seletivos: filogenético (evolução das espécies), ontogenético (evolução de indivíduos particulares de uma espécie durante seu tempo de vida) e cultural (evolução das culturas) (Abib & Dittrich, 2004).

Psicanálise de Freud

Sigmund Freud (1856-1939), fundador da psicanálise, começou sua carreira médica como neuroanatomista. Entretanto com a necessidade de ganhar dinheiro, iniciou sua prática médica como neurologista. Como forma de tratamentos, Freud utilizou os mais diversos métodos científicos que estavam a sua disposição na época e, na busca por novos métodos, se deparou com a hipnose, na tentativa de curar a histeria (Brenner, 1987).

A hipnose começou historicamente pelo mesmerismo (séculos XVIII e XIX), este movimento tinha como pressuposto que os seres animados estavam sujeitos às influências magnéticas, pois os corpos dos animais e do homem são dotados das mesmas características que o ímã. Porém, houve a substituição do ímã, que era freqüentemente empregado com fins terapêuticos, pelo corpo do terapeuta, a própria mão bastava para o efeito terapêutico fosse alcançado (Garcia-Roza, 2002).

Em 1885, Freud foi estudar na França e aprendeu com Jean-Martin Charcot (1825-1893) a técnica da hipnose, e com ele descobriu que as causas da histeria eram psicológicas e não físicas, já que as histéricas não reproduziam os comportamentos histéricos em estado hipnótico. Com a hipnose Freud tentou eliminar os sintomas das histéricas por sugestão hipnótica e neste mesmo período conheceu Josef Breuer (1842-1925), um médico clínico com grande talento e formação em fisiologia. Breuer mostrou para Freud seus casos de histeria, que foram tratados com a hipnose, onde os sintomas desapareciam quando o doente era capaz de recordar a mesma situação e emoção associada ao problema em questão. Bastante convencido dos benefícios que a hipnose trazia, Freud utilizou este método no tratamento de seus pacientes e obteve sucesso. Entretanto, ele pode observar que a hipnose não é tão fácil de se induzir, que os resultados tendiam a ser provisórios e que algumas pacientes ficaram sexualmente apegadas a ele (Nye, 2002).

Na época destas reflexões, Freud conheceu Bernheim (1837-1919), um hipnotizador

francês, que demonstrou em um grupo, na qual Freud estava envolvido, que a amnésia de um de seus pacientes, fora removida sem que o paciente estivesse hipnotizado. Com isso Freud decidiu que também iria remover a amnésia histérica sem a hipnose. Foi a partir daí que ele desenvolveu a técnica psicanalítica, onde a essência está na comunicação que o paciente empreende ao psicanalista, a respeito de todos seus pensamentos, que surjam à mente, sem censura por parte do terapeuta, e denominou esta técnica de associação livre. Mais tarde descobriu-se que não só os sintomas histéricos, mas também os aspectos normais e patológicos do comportamento ou pensamento eram decorrentes do que inconscientemente estava ocorrendo na mente do sujeito que os apresentava (Brenner, 1987).

Segundo Freud (citado em Brenner, 1987), a teoria psicanalítica se baseia em hipóteses a respeito do funcionamento e do desenvolvimento da mente do indivíduo. Mas engana-se quem acredita que a teoria psicanalítica tem interesse somente pelo funcionamento patológico, pois o funcionamento mental normal do indivíduo também é de grande valia. Das várias hipóteses, duas são de extrema importância para que se entenda a psicanálise: a primeira é o determinismo psíquico ou a causalidade e a segunda é a “proposição de que a consciência é antes um atributo excepcional do que um atributo comum dos processos psíquicos” (p.17). Ambas se correlacionam como é possível verificar a seguir.

Para o determinismo psíquico, da mesma forma que na natureza física que cerca os indivíduos, nada acontece ao acaso ou de maneira acidental. Freud era determinista a ponto de acreditar que todo o comportamento, pensamentos e sentimentos são causados, pois nada ocorre ao acaso. Para ele cada evento psíquico é determinado por aqueles eventos anteriores. Geralmente pensam que determinado evento “apenas aconteceu”, porém, segundo Freud (citado em Brenner, 1987), de maneira nenhuma eles são aleatórios, muito pelo contrário é possível confirmar que todos os chamados “acazos” foram gerados por um desejo ou intenção do sujeito. Como exemplos é possível citar deslizes ao falar, sonhos, alucinações,

esquecimentos, repetição de comportamentos, hostilidade, entre outros comportamentos. Quando estes comportamentos citados acima denotam não ter correlação com algo que tenha acontecido anteriormente a eles em sua mente, isso certamente significa que a vinculação causal se apresenta em algum processo mental inconsciente, ao invés de em um processo consciente. Quando, através de um dos métodos psicanalítico (hipnose e associação livre) se descobre as causas inconscientes, é porque a cadeia causal se desconectou, de forma que a seqüência dos fatos tornou-se clara (Nye, 2002).

Outro conceito que encontra-se correlacionado a causalidade é a noção de sobredeterminação, superdeterminação ou ainda determinação múltipla. De acordo com este outro conceito cada evento psíquico é determinado não somente por um fator mais por vários (Gomes, 2005). Freud (citado em Laplanche & Pontalis, 1988), estudou a sobredeterminação nos casos de histeria e em seus estudos sobre os sonhos. Na histeria ele foi correlacionado como o resultado de uma predisposição constitucional e de uma pluralidade de episódios traumáticos, já que só um dos fatores não é o bastante para produzir ou alimentar o sintoma. Nos estudos sobre o sonho, Freud (1900, citado em Laplanche & Pontalis, 1988) mostra que cada um dos dados do conteúdo aparente do sonho é superdeterminado, representado por diversas vezes nos pensamentos ocultos do sonho. Sendo assim, a sobredeterminação é um atributo geral das formações do inconsciente.

No decorrer do tempo, Freud descobriu que os fenômenos mentais estariam divididos em dois grupos: o primeiro incluía tanto pensamentos, quanto lembranças e outros eventos que podiam tornar-se conscientes de forma fácil, denominado de pré-consciente; e o segundo compreendia os elementos psíquicos que para se tornarem conscientes demandavam um grande esforço; que se deu o nome de inconsciente (Brenner, 1987). Além desses dois fenômenos mentais, tem também a consciência, que consiste naquilo que está dentro da percepção imediata do indivíduo (Nye, 2002). Esta divisão do psíquico constitui a premissa

fundamental da psicanálise, sendo assim a psicanálise não pode situar a essência do psíquico na consciência, entretanto é obrigada a encarar esta como uma qualidade do psíquico, que pode estar presente em acréscimo a outras qualidades, ou estar ausenta (Freud, 1996).

Segundo a psicanálise (citado em Laplanche & Pontalis, 1988) , “a consciência não fornece mais do que uma visão lacunar dos nossos processos psíquicos, pois eles são na sua maioria inconscientes” (p. 136). Entretanto, não é considerado de modo algum indiferente que um evento seja ou não consciente, já que este ordena uma teoria da consciência que determine a sua função e o seu lugar.

O fato de alguém estar consciente é um termo puramente descritivo, pois a experiência mostra que um elemento psíquico não é consciente por um longo período, muito pelo contrário já que um estado de consciência é transitório. Sendo assim o que é consciente agora não será mais daqui poucos momentos, embora possa voltar a ser, em certas condições. A este processo Freud denominou latência, pois algum momento poderá torna-se consciente (Freud, 1996).

A consciência exerce um duplo papel na psicanálise, pois Freud (1998-1902) a assimilou à percepção e por isso enxerga nela a capacidade de receber *qualidades* sensíveis; e também a colocou em um sistema autônomo, relativo ao conjunto do psiquismo e cujo os princípios de funcionamento são simplesmente quantitativos, ele denominou essa função de percepção-consciência (citado em Laplanche & Pontalis, 1988).

Dentro da psicanálise é possível dividir a noção de consciência do ponto de vista tópico, funcional, econômico e dinâmico. De acordo com o ponto de vista tópico, o sistema percepção-consciência está localizado na periferia do aparelho psíquico, onde recebe ao mesmo tempo as informações do mundo exterior e as procedentes do mundo interior. Já de acordo com o ponto de vista funcional, “o sistema percepção-consciência opõe-se aos sistemas de traços mnésicos que são o inconsciente e pré-consciente: nele não se inscreve

qualquer traço durável das excitações” (Laplanche & Pontalis, 1988, p. 135). Do ponto de vista econômico, que é caracterizado pelo simples fato de ter uma energia livremente móvel e que está suscetível de sobreinvestir este ou aquele componente. E por último, mas nem por isso menos importante do ponto de vista dinâmico, no conflito desde a evitação dos fatores desagradáveis até a regulação do princípio do prazer; e também na dinâmica do tratamento que pode ser vista como função e limite da tomada de consciência (Laplanche & Pontalis, 1988).

A noção de inconsciente de um ponto de vista descritivo exprime o conjunto dos conteúdos que não estão presentes atualmente na consciência, não existindo uma discriminação entre os conteúdos dos sistemas inconsciente e pré-consciente. De acordo com um ponto de vista tópico, o inconsciente indica um dos sistemas que Freud definiu em sua primeira teoria sobre o aparelho psíquico. O inconsciente é formado por conteúdos recalçados que não conseguiram ter acesso ao sistema pré-consciente-consciente pela ação do recalçamento. Entretanto, as considerações tópicas, não podem fazer esquecer o valor dinâmico do inconsciente. É preciso ver nestas distinções tópicas a forma de explicar o conflito, a repetição e as resistências (Laplanche & Pontalis, 1988).

Freud chegou ao conceito de inconsciente a partir de certas experiências em que a dinâmica mental desempenha um papel. Foi a partir disso que descobriu-se que “existem idéias ou processos mentais muito poderosos (e aqui um fator quantitativo ou econômico entra em questão pela primeira vez) que podem produzir na vida mental todos os efeitos que as idéias comuns produzem, (...) embora eles próprios não se tornem conscientes” (Freud, 1996, p. 28). Antes das idéias se tornarem conscientes elas passam pelo estado chamado de *recalque*, sendo que a força que institui o recalque e a sustenta é percebida como *resistência*. Por meio da teoria do recalque é que se obtém o conceito de inconsciente, pois o recalçado é o modelo do inconsciente. Existem dois tipos de inconsciente no sentido descritivo: um que é

latente e por isso capaz de se tornar consciente (que é pré-consciente), e o outro que é recalçado e não é capaz de tornar-se consciente (Freud, 1996). Antigamente o termo inconsciente era empregado de uma forma adjetiva, para indicar aquilo que não era consciente, entretanto não era utilizado para designar um sistema psíquico e muito menos dotado de atividade própria, como ficou conhecido nas obras de Freud (Garcia-Roza, 2002).

Para Freud (1900, citado em Girola, 2004, p.42-43) o inconsciente é a esfera mais ampla, que inclui em si a esfera menor do consciente. Tudo o que é consciente tem um estágio preliminar inconsciente, ao passo que aquilo que é inconsciente pode permanecer nesse estágio e, não obstante, reclamar que lhe seja atribuído o valor pleno de um processo psíquico. O inconsciente é a verdadeira realidade psíquica em sua natureza mais íntima, ele nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo externo, e é tão incompletamente apresentado pelos dados da consciência quanto o é o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais.

No pré-consciente, para uma idéia tornar-se consciente em uma determinada ocasião basta ter a vontade da pessoa (Brenner, 1987). É importante ressaltar que somente no sentido descritivo há dois inconscientes, entretanto, no sentido dinâmico, há apenas um, sendo o outro o pré-consciente. A diferença entre um pensamento do inconsciente do pré-consciente é que no primeiro acontece em um material que permanece desconhecido, porém o do pré-consciente ocorre além disso, pois é colocada em vinculação com representações verbais (Freud, 1996). Por conta da proximidade funcional, consciência e pré-consciência se agrupam em contraposição ao sistema inconsciente. Entretanto, o relacionamento entre consciente e pré-consciente é estreito, pois uma idéia que em um dado momento pertence ao sistema

consciente em fração de segundos já fará parte do pré-consciente. O inverso (pré-consciente/consciente) também ocorre já que a todo momento, idéias que pertenciam ao sistema pré-consciente, tornam-se conscientes e passam a fazer parte deste sistema (Brenner, 1987). O inconsciente ocupa uma posição no interior do aparelho psíquico que só permite ele ter acesso à consciência por meio do sistema pré-consciente/consciente, além disso, todo e qualquer conteúdo do inconsciente só poderá ser conhecido se passar pela sintaxe do pré-consciente/consciente. Estes três sistemas – inconsciente, consciente e pré-consciente – são denominados como sendo a primeira tópica freudiana, onde o aparelho psíquico é formado por instâncias ou sistemas. É importante frisar que ao iniciar a exposição sobre a primeira tópica, Freud deixa claro que evitará determinar localizações cerebrais para estes mecanismos mentais (Garcia-Roza, 2002).

No início de 1895, Freud começou a escrever a obra: *Projeto para uma psicologia científica*, originalmente chamado de *Psicologia para Neurologistas*. Entretanto, sua publicação só foi realizada mais de uma década após a morte do autor. Neste *Projeto*, “Freud concebe o psiquismo como um ‘aparelho’ capaz de transmitir e de transformar uma energia determinada” (Garcia-Roza, 2002, p.46). Este não possui uma realidade ontológica, na verdade trata-se de um modelo explicativo que não julga qualquer sentido denotativo real (Garcia-Roza, 2002). A psique ficou conhecida por dois aspectos: primeiramente pelo “órgão corporal” onde ocorre, o cérebro ou sistema nervoso; em segundo por causas dos nossos atos de consciência, que são informações imediatas e não são capazes de explicações por nenhum outro tipo de descrição (Freud, 1998).

Por meio do estudo do desenvolvimento do sujeito, Freud chegou à proposta da segunda tópica do aparelho psíquico. A mais antiga área de ação psíquica denomina-se *Id*. Tudo o que é herdado, que está firme na constituição e que se originam através da organização somática, está no *id* (Freud, 1998). O *id* não consegue diferenciar o “certo” do

“errado”, não tem nitidez para distinguir algo possível de algo impossível e não se inibe, pois só o que lhe interessa é o prazer (Nye, 2002). Mas, por influência do mundo externo o id sofreu um desenvolvimento especial, e com isso surgiu uma organização que faz o intermédio entre o id e o mundo externo, que foi chamada de *Ego*. O ego, que é desenvolvido através da interação com a realidade, age como um escudo protetor para o id e tem como principal tarefa autopreservá-lo, desempenhando tal missão, dando-se conta dos estímulos, registrando as experiências (na memória), impedindo estímulos demasiadamente intensos (mediante a fuga), suportando estímulos moderados (através da adaptação) e, enfim, aprendendo a produzir alterações adequadas no mundo externo, em seu próprio benefício (através da atividade). Internamente, o ego desempenha a função de ter controle sobre as exigências dos instintos, decidindo quando, como e aonde elas devem ser satisfeitas, deixando estas para ocasiões favoráveis no mundo externo ou simplesmente suprimindo-as (Freud, 1998). “Para o ego, a percepção desempenha o papel que no id cabe ao instinto” (Freud, 1996, p. 38-39). O contrário do id que é completamente subjetivo, o ego é área da personalidade que se empenha para a objetividade, ou seja, ele tenta diferenciar o que é desejado com o que é possível, seguindo o *principio da realidade* (Nye, 2002). Além dessas duas ações psíquicas, ainda encontra-se um agente especial que tem como função prolongar a influência parental, denominada de *Superego*. Ele é uma terceira força que o ego precisa levar em conta e conciliar suas exigências juntamente com as demais. A influência parental contém não apenas a personalidade dos pais do indivíduo, mas também a família, as tradições raciais e nacionais que são passadas em diante pelo convívio com a família. O id e o superego possuem algo em comum, pois os dois representam as influências do passado, enquanto o id tem a influência da hereditariedade; o superego, tem a influência, basicamente, do que é retirado de outras pessoas, enquanto o ego é especialmente determinado pela experiência do sujeito, ou seja, por episódios acidentais e contemporâneos (Freud, 1998).

Consciência, inconsciência e pré-consciência formam o modelo topográfico da personalidade; enquanto id, ego e superego formam o modelo estrutural. Eles se encaixam, sendo que o id pode ser considerado estando na parte da personalidade totalmente inconsciente, pois é o local mais seguro para os nossos impulsos mais primitivos e instintivos, que normalmente são condenados socialmente. Já o ego e o superego podem ser tanto inconscientes, quanto conscientes e pré-conscientes, essa relação dependerá do quão distante eles estarão do id (Nye, 2002).

Ao compararmos as duas tópicas, é possível notar que a segunda está próxima de um certo antropomorfismo, onde fala-se das instâncias psíquicas como se fossem personagens reais, que estão atuando dentro de nós (Matteo, 1991).

Determinismo Ambiental X Determinismo Psíquico

A cultura ocidental difundiu a maneira idealista de pensar. Ou seja, as causas dos fatos comportamentais estão nas idéias, sendo o comportamento baseado em causas imaginárias e constructos hipotéticos, mantendo-se distante da dimensão física e natural do homem. Há ainda a distinção entre o idealismo objetivo e o subjetivo. Para o objetivo, as causas dos fenômenos estão fora do organismo, por exemplo, para os povos primitivos as doenças podem ser causadas, porque algum Deus assim o quis. No idealismo subjetivo, as causas dos fenômenos são atribuídas a constructos hipotéticos, situados dentro do indivíduo, por exemplo, a psicanálise que atribui a causa dos comportamentos ao inconsciente ou demais processos mentais. Já para o behaviorismo radical todos os comportamentos devem ser descritos em uma dimensão natural, sem atribuições a conceitos metafísicos ou ao dualismo mente x corpo. Sendo assim, ele não concorda que a idéia gere comportamento, pois para ele os fatos comportamentais e as idéias estão na mesma dimensão (Guimarães, 2003).

Além do idealismo, as culturas também disseminaram a noção de livre-arbítrio, já que constantemente atribuem ao indivíduo responsabilidades pelos seus atos e não ao ambiente ou a hereditariedade. Sendo assim elas afirmam que embora exista a herança e os impactos ambientais, uma pessoa tem a escolha de se comportar da maneira que bem quiser. Entretanto, para os behavioristas radicais é necessário que exista um determinismo, somente com isso será possível que exista a previsibilidade e conseqüentemente um estudo científico do comportamento (Baum, 1999). Sendo assim, o comportamento é determinado por fatos passados e presentes, considerando não só a história de vida da pessoa, mas também os processos evolucionários que contribuíram para a sua herança genética (Nye, 2002).

Segundo Freud, (citado em Nye, 2002) o comportamento humano é autêntico e não ocorre aleatoriamente; sendo assim, ele considera que existem causas para tudo que o indivíduo faz. Skinner (1954, citado em Richelle, 1993) relatou que a contribuição mais

importante que Freud deu a Psicologia foi reduzir tanto o acaso quanto o capricho nas considerações da conduta humana, ou seja, o fato dele ser determinista deu outro valor a sua abordagem. Ele analisou vários comportamentos que, anteriormente, eram considerados insignificantes (por não saberem quais as leis regiam estes fenômenos) ou complexos demais para serem estudados, como por exemplo os sonhos. Com esta visão, ele teve razões para estudar lapsos na linguagem, erros na escrita, esquecimentos improváveis, sonhos, desmaios, entre outros comportamentos considerados sem grande importância.

Skinner (citado em Nye, 2002) concordou com este posicionamento de Freud, porém, discordou das explicações mentalistas que a teoria psicanalista utilizou para esclarecer as causas dos comportamentos. Acreditou que Freud (citado em Nye, 1992) gastou tempo demais olhando para o lugar errado: o “aparelho mental”. Para Skinner (citado em Nye, 2002), a utilização de conceitos mentais tira a atenção das reais causas do comportamento, sendo elas usadas por conta própria para explicar os comportamentos, enquanto as reais circunstâncias ambientais que ocasionaram o comportamento são deixadas de lado. A compreensão completa do comportamento humano ocorre, segundo o behaviorismo radical, quando existe o pleno conhecimento da composição genética e principalmente da história pessoal ou ambiental.

Freud acreditava veementemente que todo comportamento é causado e não ocorre acidentalmente, até mesmo aqueles que são aparentemente irracionais e sem importância. Na teoria psicanalítica, deslizos ao falar, sonhos, alucinações, o esquecer, repetições de certos comportamentos, entre outros, são passíveis de explicação. Para Freud (citado em Nye, 2002), o ser humano permanece sendo um mistério por causa “das inadequabilidades na descoberta da força motriz por detrás dos mesmos e as experiências que influenciaram o seu comportamento” (p. 8). O papel da psicanálise é justamente desatar o nó destes mistérios, por meio dos pensamentos, sentimentos e ações em impulsos e conflitos escondidos, além disso,

investiga também as formas como as experiências anteriores da pessoa interagem com a natureza básica do ser humano para assim criar a personalidade adulta (Nye, 2002).

Para Freud (citado em Gomes, 2005), a mesma causalidade dos fenômenos que são estudados pelas ciências naturais se aplica também aos fenômenos psíquicos, já incluindo a psicologia como parte desta ciência natural. Segundo ele, a causalidade dos fenômenos psíquicos é coerente com o pensamento de que estes fenômenos têm um substrato natural e neural, mesmo que não seja possível explicá-los em termos neurais. Por isso, para Freud era mais importante explicar os fenômenos psíquicos em termos de causas do que somente compreendê-los.

A psicanálise relembra a cada um que, apesar dos determinismos do inconsciente, ainda nos resta um espaço de liberdade que deve ser conquistado. Não estamos necessariamente condenados e presos para sempre a um passado. É verdade que o infantil é o nosso destino. Ancorados na infância corremos o risco de repetir comportamentos estereotipados, mas é igualmente verdade que existe a possibilidade de levantar as âncoras e de aventurar-se 'por mares nunca dantes navegados' (Matteo, 1991, p. 8-9).

Além do conceito de determinação, Freud também utilizou a noção de sobredeterminação em sua teoria, onde continua com a idéia de que cada fenômeno psíquico é determinado, entretanto pode sê-lo ao mesmo tempo por vários fatores. Sendo assim, é possível encontrar vários determinantes e também imaginar ainda tantos outros para um mesmo fenômeno (Gomes, 2005). No livro *Estudos sobre a Histeria* (1895, citado em Laplanche & Pontalis, 1988), Freud relata, como já citado anteriormente, que a sobredeterminação na histeria é o resultado de uma predisposição constitucional e de uma

pluralidade de episódios traumáticos, já que só um dos fatores não é o bastante para produzir ou alimentar o sintoma. Tal conceito colocou algumas limitações no determinismo psíquico freudiano, pelo menos na prática, já que a busca pelas causas é interminável (Gomes, 2005). Freud postulou que não considera uma relação entre causa e efeito ocorrendo de modo linear e sim *a posteriori*, o que diferenciou o seu determinismo do ambiental de Skinner (Herzog, 1999).

Como já citado anteriormente Skinner (citado em Nye, 2002), considerou impróprio e enganoso analisar estados conscientes e inconscientes como causas dos comportamentos. Assim, os comportamentos privados no behaviorismo radical são considerados *efeitos* (herança genética ou experiência individual), em vez de serem considerados causas das ações. Já para Freud o determinismo envolve três passos: (1) um evento ambiental externo que produz (2) um estado mental interno que resultará em (3) algum comportamento observável. E é esta a principal diferença entre o conceito de determinismo descrito por Freud do conceito elaborado por Skinner, pois para Skinner (citado em Nye, 1992) o elo intermediário é desnecessário e causa confusão na explicação.

Um dos motivos para esta confusão são as dificuldades no vocabulário, já que para não sugerir que os comportamentos privados sejam interpretados como uma entidade seria necessário que alguns substantivos virassem verbos (Guimarães 2003). “Tendemos a transformar em substantivos, adjetivos e verbos e devemos, em seguida, encontrar um lugar para as coisas supostamente representadas pelos substantivos” (Skinner, 2006, p.139). Por exemplo a frase “estou com fome” - não existe uma entidade chamada fome que se apossa do indivíduo e o faz comer, a palavra fome nada mais é do que um comportamento decorrente da privação de alimento que o sujeito se encontra (interferência do ambiente). Por isso, diferentemente da psicanálise, as causas ou os determinantes de um comportamento para o behaviorismo radical não está “dentro do indivíduo” e nem em uma instância (ex.:

consciência ou inconsciência) que media ou causa o comportamento, mas sim no ambiente que pode ser interno ou externo (Guimarães 2003).

Considerações na Prática Clínica

Os tipos distintos de determinismo utilizados pelas duas teorias produziram modos diferenciados de encarar a prática clínica.

A terapia psicanalítica visa expor e eliminar algo, para isso vai em direção as raízes, local onde estão os conflitos que originaram os sintomas apresentados pelo paciente e como método para modificar o que resultou os conflitos, utiliza a sugestão. Depois de superada as resistências, ocorre a modificação permanente da vida mental do paciente e com esta evolução ela fica protegida de novas possibilidades de adoecimento (Freud, 1976).

Uma das técnicas mais utilizadas é a técnica das associações livres. A interpretação freudiana para essas associações deriva do pensamento causalista, pois tanto as associações que o paciente produziu na análise quanto as dos elementos dos sonhos são consideradas advindas das mesmas causas. Existe também a interpretação simbólica, mas para Freud (citado em Gomes, 2005) estas só possuem valor em relação a uma explicação causal relativa a um desejo inconsciente que se chocará com um mecanismo de defesa.

Para encontrar os determinantes psíquicos, Freud (citado em Nye, 1992) analisa desde os comportamentos considerados insignificantes (que não eram até então regidos por leis) até os mais complexos: lapsos tanto na linguagem, quanto na escrita; os esquecimentos de nomes ou compromissos; desmaios; pesadelos; sonhos; a perda de algum movimento na ausência de sintomas físicos; medos incontrolláveis desnecessários; entre outros. Para auxiliá-lo nas respostas causais para os comportamentos ele, utilizou a tríade id, ego e superego que constituiu na segunda tópica o seu “aparelho mental”. O id faz referência às tendências humanas primitivas; o ego é o mediador entre o mundo interno e externo, tentando satisfazer

tanto as exigências do id quanto as exigências da realidade das normas morais do superego. Com esta tríade, referente aos processos internos, Freud explica o comportamento humano.

Freud (citado em Nye, 1992) fez uso desta tríade de duas formas: em alguns escritos, o id estaria relacionado com a herança genética humana, enquanto que o ego e o superego estariam ligados àquilo que as pessoas aprendem desde crianças com seus pais e a sociedade; em outros escritos, se afastando desta primeira forma, o id, ego e superego passam a ser vistos como tendo uma realidade própria dentro do indivíduo e passam a ser vistos como os próprios determinantes do comportamento.

Enquanto Freud acredita que as mudanças psíquicas alterariam o comportamento de seu paciente; Skinner preferiu apostar que através das mudanças no ambiente é que seria possível mudar o comportamento do seu cliente. Para Skinner o determinismo utilizado por Freud caía no erro de creditar a conceitos mentalistas explicações para os comportamentos. Para ele o determinismo ambiental era a única forma de se encontrar as reais causas para o comportamento humano. A identificação das relações entre condições ambientais e comportamentos é essencial para se encontrar os determinantes. Ele até reconheceu a importância dos "processos mentais", o que chamou de eventos privados (ex.: sentimentos, pensamentos, entre outros), mas tais eventos são considerados na terapia comportamental *efeitos* e não *causas* do comportamento, como já citado anteriormente. Skinner chama a atenção para a investigação das condições ambientais que afetam o comportamento do cliente, ao invés de procurar as causas na experiência interna do sujeito (Nye, 1992).

Para Andery & Sérgio (2001, p. 160) "um evento comportamental se constitui na confluência de múltiplos fatores e que quando estudamos os fatores, as condições que constituem o comportamento, estamos identificando o que tem sido chamado de as causas do comportamento". Busca-se os determinantes do comportamento, buscando aquilo que compõe o evento estudado, pois a causa não está fora deste. Como já dito anteriormente, Skinner

acredita que os determinantes de um comportamento são encontrados nos fatores ambientais e intrínsecos ao organismo (hereditários) e é diante da mudança de qualquer um destes fatores, que um novo fenômeno se constitui (Andery & Sérgio, 2001).

Consciência e Inconsciência

O termo consciência tem uma longa história e o seu significado já foi interpretado de várias maneiras. Geralmente é enfocada como a relação entre a pessoa e seu mundo interior e com isso é possível ter um conhecimento imediato e direto e até mesmo um julgamento certo de si mesmo. Ela engloba as manifestações da vida psíquica do homem (sentimentos, raciocínio, vontades); o campo da consciência ou da subjetividade, isso significa que é o “eu” do sujeito pensante e a confirmação existencial do eu que é fundamental para se ter certeza da própria existência (Matteo, 1993).

Segundo Laplanche & Pontalis (1988), consciência no sentido descritivo significa a qualidade momentânea que individualiza as percepções externas e internas no meio do conjunto dos eventos psíquicos. Seguindo uma linha de pensamento metapsicológica, a consciência é a função de um sistema, que Freud denominou de sistema percepção-consciência (Pc-Cs).

Como já citado anteriormente, a noção de consciência pode ser dividida do ponto de vista tópico, funcional, econômico e dinâmico. Sendo do ponto de vista tópico, localizada na periferia do aparelho psíquico. Do ponto de vista funcional, não se inscrevendo nenhum traço durável das excitações e opondo os traços mnésicos com percepção-consciência. Do ponto de vista econômico, é caracterizado por uma energia livremente móvel e que está suscetível de sobreinvestir este ou aquele componente (formando o mecanismo da atenção). E por último, do ponto de vista dinâmico no conflito da evitação dos fatores desagradáveis e na dinâmica do tratamento, indicador da tomada de consciência (Laplanche & Pontalis, 1988).

Apesar da consciência não ser definida como o centro do campo do psiquismo, ela é considerada pelos psicanalistas como um fenômeno essencial para a formulação da teoria. Por isso, Freud não gostou da pretensão de determinadas tendências da psicologia: "uma tendência extrema, como por exemplo a do behaviorismo, nascida na América, pensa poder

estabelecer uma psicologia que não tenha em conta este fato fundamental" (Freud, 1938, citado em Laplanche & Pontalis 1988, p. 135)

Entretanto, a maior dificuldade encontrada no conceito de consciência, é quando se discute o que Freud (citado em Laplanche & Pontalis 1988) denominou de "processos de pensamento", que é entendido como uma revivescência das recordações, o raciocínio e todos os processos onde existam representações. Durante toda a sua obra, Freud sustentou uma teoria dependente da tomada de consciência dos 'processos de pensamento' da sua associação com 'restos verbais'. Desta forma, a percepção se liga a reativação de palavras memorizadas e assim é permitido que a consciência encontre um ponto de enraizamento, onde a sua energia de superinvestimento pode irradiar.

O behaviorismo radical também discute o termo consciência. Segundo o behaviorismo radical a consciência é a capacidade de descrever o que se está fazendo, de forma verbal, manifesta ou encoberta. O seguir regras também é visto como um processo consciente visto que quem se comporta, na maioria das vezes, seguindo determinada regra, sabe o que está fazendo. É justamente o operante verbal e a consciência, para o behaviorismo radical, que distingue o homem dos demais animais, sendo que ambos são produtos da seleção por conseqüências sociais (Machado, 1997).

Por meio do comportamento verbal é possível que cada indivíduo apresente certos comportamentos sem ter passado anteriormente pela mesma situação - a isso denomina-se de comportamento governado por regras. Descrevendo o que é possível fazer em determinadas situações, por meio das regras, fica claro que o comportamento ocorre conscientemente, já que foi um comportamento racional (Machado, 1997).

Segundo Skinner (1991, citado em Machado, 1997), é aprendendo a se descrever que a pessoa constrói o seu eu, sendo assim "o eu é o que a pessoa sente a respeito de si própria" (p. 3).

Os processos conscientes para o behaviorismo radical, não podem ser diretamente observados por terceiros, entretanto podem ser analisados de modo similar aos eventos públicos. Os comportamentos não observáveis são determinados por fatores ambientais como as contingências do reforço, assim como os demais comportamentos. E mesmo que tais comportamentos ocorram de forma inobservável, ainda assim, não é possível considerá-los como de natureza especial e podem ser apreciados como resposta e sujeitos a uma análise comportamental (Nye, 2002). Skinner (1974) argumentou contra o behaviorismo metodológico, que eliminava o problema da privacidade ou subjetividade, as omitindo e defendeu que a pele não é uma fronteira que sinaliza duas dimensões diferentes, sendo assim, todos os eventos ocorridos dentro ou fora da pele estão submetidos às mesmas leis e princípios (citado em Neto, 1999).

A noção de inconsciência também é discutida nas duas teorias. Anteriormente a Freud, alguns pensadores tentaram estudar e descobrir os processos psíquicos inconscientes, entretanto não foram capazes de analisá-los de forma científica, pois não conheciam as leis que regiam estes processos. Os filósofos que citaram o termo inconsciente utilizaram uma visão mística e obscura para explicá-lo, fazendo assim uma mitopsicologia. Mas Freud, convencido de que este conceito seria extremamente útil e necessário para a explicação de lacunas da consciência e demais fenômenos psíquicos, decidiu aprofundar seus estudos e diferentemente dos demais pensadores criou uma metapsicologia, sendo o meta referente a algo profundo e científico (Matteo, 1993) ou ainda algo além da consciência.

Assim como o termo consciente, o inconsciente também pode ser entendido de várias maneiras.

De um ponto de vista topográfico ele designa o 'latente', o material que não está na consciência, mas que pode tornar-se consciente. De um ponto de vista dinâmico ele é o recaiado, o

excluído. Algo do nosso psiquismo não apenas não está na consciência, mas não pode estar, porque é inaceitável e expulso da consciência. De um ponto de vista sistemático, o inconsciente é ‘o outro’, uma outra coisa, melhor, um outro neutro que mais tarde Freud retoma explicitamente através da palavra *Id* (Matteo, 1993, p. 6).

São várias as características essenciais do inconsciente enquanto um sistema, como por exemplo: os seus conteúdos representam as pulsões; tais conteúdos são conduzidos pelos mecanismos específicos do processo primário, especificamente a condensação e o deslocamento; intensamente investidos pela energia pulsional, procuram o retorno à consciência e também à ação, entretanto não é possível ter acesso ao sistema Pré-Consciente-Consciente a não ser nas formações de compromisso, logo após terem sido submetidos às deformações da censura; e de modo especial certos desejos da infância são os que mais conhecem uma fixação no inconsciente (Laplanche & Pontalis, 1988).

A psicanálise dita que a essência de um processo de repressão não está em acabar ou destruir uma idéia que representa um instinto, mas sim em evitar que ela se torne consciente. Sendo assim, a idéia está inconsciente e enquanto tal pode produzir efeitos e até mesmo atingir a consciência. Um ato psíquico passa por duas fases: na primeira ele é inconsciente e por isso pertence ao sistema inconsciente, se for censurado no teste, ele não terá permissão para passar para a segunda fase e por isso foi reprimido e deve permanecer inconsciente; a segunda fase pertence ao sistema pré-consciente, onde o ato poderá ou não se tornar consciente (Freud, 1999).

O conceito de inconsciente é necessário, segundo Freud (1999), pois os dados da consciência apresentam inúmeras lacunas, independente da pessoa ser sadia ou não e por isso é necessário pressuposição de outros atos, para explicar aquilo que a consciência não oferece

prova. Além disso, é importante frisar que por um determinado momento qualquer, o conteúdo presente na consciência é muito pequeno, sendo que grande parte destes permanecem por longos períodos no inconsciente.

Quando surge a segunda tópica freudiana, o termo inconsciente é mais utilizado na forma adjetiva, deixando de ser “o que é próprio de uma instância especial, visto que qualifica o id e, em parte, o ego e o superego” (p. 306). Entretanto, nota-se que as características atribuídas ao inconsciente na primeira tópica são de um modo geral as mesmas atribuídas ao Id na segunda tópica (Laplanche & Pontalis, 1988)

Neste aparelho psíquico, o que chama atenção é a descoberta de algo que funciona sem a consciência dos sujeitos e que determina cada indivíduo em toda uma série de processos tais como os sonhos, os sintomas neuróticos, os atos falhos e os chistes (Matteo, 1993).

Apesar da pouca divulgação, o conceito do termo inconsciente também é discutido a luz da teoria comportamental. Ao contrário da teoria psicanalítica, o behaviorismo radical rejeita o conceito de inconsciente enquanto uma estrutura causadora e controladora dos comportamentos situada em um “lugar” no psíquico de cada sujeito onde estão guardados determinados materiais, memórias sobre alguns acontecimentos da vida. Porém, o behaviorismo radical não nega a existência de comportamentos inconscientes. Para Skinner (1991, citado em Guimarães, 2003) comportar-se de maneira inconsciente é, na verdade, não estar consciente do comportamento enquanto todo; é não estar ciente dos motivos do comportamento; ou simplesmente do que o comportamento é função, e das suas conseqüências. Sendo assim, é não ter condições para descrever as relações funcionais entre contexto e comportamento (Guimarães, 2003). No seu livro *Sobre Behaviorismo*, Skinner diz que as relações que controlam o comportamento e as variáveis genéticas e ambientais são inconscientes, já que não são observadas, e segundo ele, foi o próprio Freud quem acentuou

que não é necessário ser observado, ou seja, consciente, para serem eficazes (Skinner, 2006).

Como já citado anteriormente por de Rose (1982), o comportamento operante é considerado inconsciente e a consciência deste só existirá eventualmente, durante a vida do homem, fruto de um produto social. Entretanto, mesmo o comportamento operante sendo inconsciente, ele é modelado e mantido por contingências que agem mesmo sem o sujeito perceber. Segundo Skinner (1991) “todo comportamento, seja ele humano ou não-humano, é inconsciente, ele se torna ‘consciente’ quando os ambientes verbais fornecem as contingências necessárias à auto-observação (por certo é a pessoa, não o comportamento, que é ‘consciente’ ou ‘inconsciente’)” (citado em Bortoli, 2000).

Sendo assim, Skinner e Freud concordam que os indivíduos constantemente não têm consciência da razão do seu comportamento e, usualmente, admitem razões distorcidas em virtude da coerção ou outras formas de controle originadas do meio social (de Rose, 1982). Para Skinner (1963, citado em Richelle, 1993) a inconsciência freudiana não é um simples estágio que antecede a consciência, mas o produto de um processo de repressão, que para o behaviorismo radical pode ser traduzido em termos de contingências (social e verbal) de reforço na cultura. Como cada comunidade ou cultura sustenta padrões distintos de contingências, cada uma destaca o conhecimento de aspectos especiais do mundo privado e do comportamento (de Rose, 1982).

Considerações na Prática Clínica

A prática clínica da psicanálise pode ser dividida em duas fases, de acordo com a sua evolução teórica. A primeira fase, se refere quando Freud ainda utilizava somente a primeira tópica, composta por consciente, inconsciente e pré-consciente; formando o modelo topográfico. Entretanto, a experiência clínica levou Freud a reconhecer algumas inconsistências neste modelo e com isso mudou seu modelo de topográfico para estrutural.

Freud observou que no seu mapa da mente não existia um lugar para os ideais, valores e consciência e também percebeu que era necessário um modelo que levasse mais em conta a influência do mundo externo nas estruturas mentais e na natureza inconsciente da defesa. Neste novo modelo, Freud (1923) nomeou três partes da personalidade humana: Id, Ego e Superego. Na psicanálise contemporânea ainda são utilizados os conceitos topográficos, entretanto Freud desinvestiu este modelo de suas tonalidades anatômicas e os colocou como sistemas, desta forma ocorreu à transição para o modelo estrutural que trabalha com as diversas partes da mente (Bateman & Holmes, 1998).

Na prática clínica, o terapeuta psicanalista tem dois objetivos: coletar informações relevantes e ao mesmo tempo criar um ambiente que seja propício para o material inconsciente emergir (Bateman & Holmes, 1998). Como já citado anteriormente, na prática clínica, o papel da psicanálise é justamente desatar o nó dos mistérios do ser humano, por meio dos pensamentos, sentimentos e ações em impulsos e conflitos escondidos e investigar as interações entre as experiências anteriores da pessoa e a sua natureza básica (Nye, 2002). Encontram-se semelhanças neste ponto com a prática clínica comportamental, que põe como centro da terapia, investigar os fatores hereditários e ambientais antecedentes e conseqüentes ao comportamento problema.

A investigação psicanalítica acontece principalmente por meio da associação livre. Na terapia, um dos propósitos da entrevista inicial é servir como estímulo para o inconsciente paciente. Um triângulo composto por enquadramento terapêutico, paciente e analista por si só já provocará uma ansiedade que manuseada da maneira correta, com o equilíbrio certo entre apoio e distância, evocará reações conscientes. Além da associação livre, o terapeuta tem outras ferramentas de trabalho como a transferência e contratransferência, as interpretações dos sonhos e as formulações psicodinâmicas que unem a atual dificuldade de paciente, a situação de transferência e a constelação infantil de conflito (Bateman & Holmes, 1998).

Na prática clínica comportamental a consciência envolve o autoconhecimento, pois quanto mais o indivíduo consegue autodescrever seus comportamentos, mais ele se conhece. Entretanto, os comportamentos, em sua grande maioria, ocorrem inconscientemente. Geralmente, o indivíduo se comporta sem prestar atenção no que está fazendo; além disso dificilmente o sujeito controla as variáveis que o faz comportar-se de tal maneira, o fazendo de forma irracional. Com isso, o papel do terapeuta comportamental é “ensinar” repertórios de autoconhecimento para seu cliente, que o faça conseguir descrever de forma precisa seus comportamentos e também identificar as causas. Entretanto, não é somente o autoconhecimento que será capaz de produzir mudanças comportamentais no cliente. Mas este é um passo preliminar, pois para que exista a mudança é necessário saber qual estímulo o faz repetir padrões comportamentais. Somente mudando estas variáveis que será possível uma mudança comportamental (Neto, 1999).

Na tentativa de fazer o cliente se tornar um analista de seu próprio comportamento, o terapeuta utiliza indagações que o leve a ter acesso aos comportamentos inconscientes. Segundo Skinner (1991, citado em Bortoli, 2000) “somente quando somos indagados sobre o que fizemos, ou estamos fazendo, ou estamos prestes a fazer, ou por que, é que temos motivo para observar ou recordar nosso comportamento ou suas variáveis controladoras”. Para que o cliente entre em contato com os comportamentos inconscientes é necessário que terapeuta seja uma audiência não punitiva, sendo assim o comportamento que anteriormente foi suprimido por punições, provavelmente se tornará consciente. Freud (1999), também concordava que o papel do terapeuta era levar o paciente a superar certas resistências na terapia, assim como as que fizeram o paciente a transformar o material em algo recalcado, o tornando inconsciente.

Conclusão

Durante todo este trabalho, a presente autora, teve a preocupação de expor igualmente os conceitos das duas abordagens de modo que pudessem ser comparadas em conceitos correlacionáveis e de relevância para ambas.

Durante o texto, foi possível observar que a cultura ocidental exerceu e ainda exerce grande influência do modo de pensar de toda uma sociedade. O maior exemplo disso foi a disseminação do conceito do livre-arbítrio, a idéia que todos têm de poder escolher o modo de agir que se difundiu através das religiões. Sendo assim, as análises do ambiente ou da hereditariedade, quase nunca são feitas no senso comum. Entretanto, apesar de passar despercebido pelos defensores do livre-arbítrio, a presença do determinismo psíquico é constante no senso comum, já que termos como consciência, inconsciência e mente foram bastante difundidos. Além disso, correlações entre comportamento e sentimentos, personalidades ou entidades ocorrem freqüentemente no senso comum. Por exemplo, quando uma pessoa bate em outra porque foi xingada, a comunidade atribui à causa ao fato desta pessoa estar com raiva (sentimento) da outra; ou ainda neste exemplo, a pessoa pode dizer que esta ação ocorreu “inconscientemente” e quando ela viu já havia feito.

Conclui-se que apesar de ambas as abordagens concordarem que o comportamento do indivíduo é determinado, sendo que nenhum comportamento ocorre de maneira indiscriminada, ficou evidenciado que estas determinações não acontecem da mesma forma para as duas abordagens. Enquanto a psicanálise utiliza-se de explicações mentalistas, onde as causas estão no mundo intra-psíquico; o behaviorismo radical prefere procurar a determinação no ambiente (que pode ser interno ou externo) e nos fatores hereditários. Sendo assim, outra diferença entre as abordagens é que para o behaviorismo radical os eventos privados ou intra-psíquicos são considerados efeitos, enquanto para a psicanálise são considerados como causa das ações.

Na prática clínica isso influencia na forma como os terapeutas vão buscar e interpretar os comportamentos de seus clientes. Na psicanálise, a crença que mudanças psíquicas alteram o comportamento do indivíduo, fará com que o terapeuta investigue no aparelho psíquico as causas dos comportamentos e através da associação livre e das interpretações produza mudanças intra-psíquicas. No behaviorismo radical, o terapeuta investigará primeiramente os eventos ambientais e hereditários que fazem com que o cliente se comporte de tal forma e após esta descoberta, indicará para o cliente mudanças em seu ambiente que o auxiliará na mudança dos comportamentos indesejáveis.

Os termos inconsciente e consciente também são conceituados nas duas abordagens, e também é possível encontrar semelhanças e divergências. Conclui-se que o behaviorismo radical concorda com a psicanálise que consciência é o “eu” do sujeito e a sua confirmação existencial, já que para o behaviorismo radical, consciência é se auto-descrever e a partir disso há a construção do “eu”. Para ambas as abordagens a consciência está ligada com processos de pensamento e comportamentos verbais. Entretanto, enquanto para a psicanálise a consciência compõe um aparelho psíquico; para o behaviorismo radical ela não é uma entidade ou uma estrutura que compõe um aparelho psíquico, mas sim um comportamento privado.

O inconsciente, foi uma das hipóteses de Freud e também faz parte do aparelho psíquico, construído por ele. Conclui-se que para psicanálise é visto como aquilo que não está na consciência, pois foi excluído ou reprimido e torna compreensíveis as inúmeras lacunas deixadas pelo consciente. O inconsciente produz uma série de processos tais como os sonhos, os sintomas neuróticos, os atos falhos, os chistes, entre outros. Concordando com a psicanálise, para o behaviorismo radical comportar-se de maneira inconsciente é simplesmente não estar consciente do comportamento, dos motivos que o levaram a se comportar de tal maneira ou mesmo não saber qual a sua função ou consequência. Freud e

Skinner também concordaram que constantemente os indivíduos não têm consciência da razão pelo qual se comportam de tal maneira. Contudo, para o behaviorismo radical, assim como a consciência, o inconsciente também não é visto como estrutura que causa e controla o comportamento situada em alguma parte do corpo.

Na prática clínica também encontram-se semelhanças e divergências. Conclui-se que após a mudança do modelo topográfico para o modelo estrutural, Freud começou levar mais em conta a influência do mundo externo, embora ainda centrasse sua teoria no aparelho psíquico. Este fato aproxima um pouco ambas as abordagens, já que para o behaviorismo radical a influência do mundo externo é fator primordial para encontrar os determinantes do comportamento e produzir mudanças neste. Além disso, as duas abordagens têm interesse em transformar os comportamentos inconscientes em conscientes e com isso produzir mudanças. O papel do terapeuta como uma audiência não punitiva, de modo a promover um ambiente sem repressões para tornar o inconsciente em consciente também é uma concordância encontrada nas duas abordagens. O que as diferenciam neste ponto, é a forma e o local em que se coleta os dados, enquanto psicanálise utiliza à associação livre, a transferência e a contratransferência, as interpretações dos sonhos e as formulações psicodinâmicas para encontrar os determinantes do comportamento no aparelho psíquico do indivíduo; o behaviorismo radical faz a coleta de dados de modo a levar o indivíduo a se recordar situações passadas que se comportou da mesma maneira, e assim encontrar em qual contexto o comportamento problema se repete, e é por isso que a coleta de dados tem como base o ambiente e as situações de vida passada e presente do indivíduo. É bom deixar claro que também existem terapeutas comportamentais trabalhando com os conceitos de transferência, contratransferência e interpretações dos sonhos.

Este estudo apresentou apenas alguns conceitos correlacionáveis nas duas abordagens, porém muitos outros são passíveis de tal análise, como por exemplo, os citados acima:

transferência, contratransferência e interpretações dos sonhos. Observou-se que as concordâncias entre ambas as abordagens superaram as divergências, que existem é claro, pois do contrário, não seriam duas abordagens e sim apenas uma. A presente autora espera que outros trabalhos abordem mais diálogos não só entre Psicanálise e Behaviorismo Radical, mas também entre as outras abordagens.

Referências Bibliográficas

- Abib, J. A., & Dittrich, A. (2004). O Sistema Ético Skinneriano e Conseqüências Para a Prática dos Analistas Do Comportamento. *Psicologia Reflexão e Crítica*, XVII, 427-433.
- Andery, M. A. P. A. & Sério, T. M. D. A. P. (2001). Behaviorismo Radical e os determinantes do comportamento. In: Guilhardi, H. J., Madi, M. B. B. P., Queiroz, P. P., Scoz & M. C. *Sobre Comportamento e Cognição: Vol. VII*. Santo André: ESETec.
- Bateman, A. & Holmes, J. *Introdução à Psicanálise: Teoria e prática contemporâneas*. Lisboa: CLIMEPSI Editores.
- Baum, W. M. (1999). *Compreender o Behaviorismo: Ciência, Comportamento e Cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda.
- Bortoli, E. B. (2000). “E o inconsciente?”: algumas citações de B.F. Skinner. In: Kerbauy, R. *R. Sobre Comportamento e Cognição: Vol. V*. Santo André: ESETec.
- Brenner, C. (1987). *Noções básicas de psicanálise: introdução à psicologia psicanalítica* (5 ed.). (A. M. Spira, Trad.) São Paulo: Imago.
- Chiesa, M. (2006). *Behaviorismo Radical: A Filosofia e a Ciência*. Brasília: Cealeiro.
- De Rose, J. C. (1982). Consciência e Propósito no Behaviorismo Radical. Em B. Prado Jr. (Org). *Filosofia e Comportamento*.

Freud, S. (1976). *Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise (Parte III): Volume XVI*. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1996). *O Ego e o Id e Outros Trabalhos (Vol. XIX)*. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1998). *Esboço de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

Freud, S. (1999). *Artigos sobre Metapsicologia*. Rio de Janeiro: Imago.

Garcia-Roza, L. A. (2002). *Freud e o inconsciente (19 ed.)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Girola, R. (2004). *A Psicanálise Cura?: Uma introdução à teoria psicanalítica*. Aparecida: Idéias & Letras.

Gomes, G. (2005). O Problema Mente-Cérebro em Freud. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, XXI, 149-155.

Guimarães, R. P. (2003). Deixando o preconceito de lado e entendendo o Behaviorismo Radical. *Psicologia: ciência e profissão*, XXIII, 60-67.

Herzog, R. (1999). *Tyché e Aion no pensamento freudiano*. Disponível em Scielo: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721999000300010&script=sci_arttext&tlng=.

Acesso em 17 de Outubro de 2007.

Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1988). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

Lopes, C. E., & Abib, J. A. (2003). O Behaviorismo Radical Como Filosofia da Mente. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 85-94.

Machado, L. M. (1997). *Consciência e Comportamento Verbal*. Disponível em Scielo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000200005. Acesso em 17 de Outubro de 2007.

Matteo, V. D. (Janeiro / Junho de 1993). *Perspectiva filosófica*. Disponível em: <http://www.propesq.ufpe.br/hp/filosofia/arquivos/Consciencia%20e%20libertacao%20em%20psicanalise.pdf>. Acesso em 22 de Outubro de 2007.

Medeiros, C.A.D. & Rocha, G. M. (2004). Racionalização: um breve diálogo entre a psicanálise e a análise do comportamento. In: Brandão, M. Z. D. S., Conte, F. C. D. S., Brandão, F. S., Ingberman, Y. K., Silva, V. L. M. D & Oliani, S. M. *Sobre Comportamento e Cognição: Vol. XIII*. Santo André: ESETec.

Neto, M. B. D. C. (1999). Skinner e o fenômeno da consciência. In: Kerbauy, R. R. & Wielenska, R. C. *Sobre Comportamento e Cognição: Vol. IV*. Santo André: ESETec.

Nye, R. D. (1992). *The Legacy of B. F. Skinner*. Belmont: BrooksCole Publishing Co. cap. 5, pp. 76 a 79.

- Nye, R. D. (2002). *Três Psicologias: Idéias de Freud, Skinner e Rogers*. São Paulo: Pioneira.
- Richelle, M. N. (1993). *B. F. Skinner: A Reappraisal*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Rubio, A. R. (2004). Behaviorismo Radical: uma revisão do conceito de Self na obra de B. F. Skinner. In: M. Z. Brandão, F. C. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. M. Silva, & S. M. Oliane, *Sobre Comportamento e Cognição: Vol. XIII*. São Paulo: ESETec.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano* (11ª ed.). (J. C. Todorov, & R. Azzi, Trans.) São Paulo: Martins Fontes. (trabalho original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (2006). *Sobre o Behaviorismo* (10ª ed.). (M. d. Villalobos, Trad.) São Paulo: Cultrix. (trabalho original publicado em 1974).
- Tourinho, E. Z. (2003). A Produção de Conhecimento em Psicologia: a Análise do Comportamento. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30-41.